



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE COPEIRAGEM E GARÇOM,
COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-
OBRA QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO CENSIPAM E A
EMPRESA W.A.P. DE OLIVEIRA e Cia.
LTDA.**

PROCESSO Nº 00016.000037/2011-20

CONTRATO Nº 23/2011

A UNIÃO, por intermédio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, CNPJ nº 07.129.796/0001-26, neste ato representada pelo seu Diretor de Administração e Finanças, Senhor **BRUNO MORELLI FARIA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº, 045.830.546-45, e acordo com a competência prevista no inciso IV, do art. 1º da Portaria 629 CENSIPAM/MD, de 30/03/2011, do Senhor Diretor Geral do CENSIPAM, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2011, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **W.A.P. DE OLIVEIRA e Cia LTDA**, CNPJ nº 10.927.661/0001-10, com sede na Rua Padre Chiquinho, nº 515-B-Bairro Panair – CEP: 76801-362, Porto Velho-RO, telefone nº (69) 8114-6083/81028861, neste ato representada pela sócia Gerente, Senhora **WELITA ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade nº 000653878 – SSP/RO e do CPF nº 643.910.512-49, residente e domiciliado na cidade de Porto Velho-RO, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, acordados os termos deste Contrato, objeto do **Pregão Eletrônico nº 05/2011**, Processo nº **00016.000037/2011-20**, autorizado mediante ato homologatório constante às fls. (287/290), sujeitando-se as partes as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, ao Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, ao Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, ao Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 à Instrução Normativa - SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, subsidiariamente à Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto - Prestação de serviços contínuos de copeiragem e garçom, com fornecimento de mão-de-obra uniformizada e material de copa, para atender às necessidades Centro Regional de Porto Velho/RO do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Vinculam-se ao presente Contrato o Edital do **Pregão Eletrônico nº 05/2011** e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**, que se constituem parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato n° 23/2011

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos quantitativos

Local	Horário	Funcionários	
Copa	7:30 às 12:00 e 14:00 às 18:00	01 (uma) Copeira	CBO 5134
	08:00 às 12:00 e 13:30 às 18:00	01 (um) garçom	

A empresa CONTRATADA deverá manter dentro das dependências da CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, no horário acima descrito, o quantitativo de pessoal contratado, sendo, 01 (uma) copeira e 01 (um) garçom, sendo um deles designado como Encarregado da equipe.

PLANILHA DE CUSTOS DOS MATERIAIS					DATA: 18/03/2011		
Materiais – Copeiragem/garçom - Centro Regional de Porto Velho							
Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quant. Mensal máxi- ma	Quant. Anual má- xima	Valor uni- tário esti- mado (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Açúcar refinado especial	Quilo	100	1.200	R\$ 1,80	R\$ 180,00	R\$ 2.160,00
2	Adoçante dietético líquido	Unidade c/ 200 ml	5	60	R\$ 3,30	R\$ 16,50	R\$ 196,00
3	Água mineral	Garraão c/ 20 Li- tros	100	1.200	R\$ 3,80	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00
4	Água Sanitária	Litro	2	24	R\$ 1,30	R\$ 2,60	R\$ 31,20
5	Álcool	Litro	2	24	R\$ 2,80	R\$ 5,60	R\$ 67,20
6	Café torrado e moído de 1ª qualidade à Vacuo.	Quilo	40	480	R\$ 9,20	R\$ 368,00	R\$ 4.320,00
7	Chá de sabores diversos	Cx c/10 sachês	30	360	R\$ 1,00	R\$ 30,00	R\$ 360,00
8	Papel toalha pacote c/ 2 rolos	pacote c/2 rolos	2	24	R\$ 2,50	R\$ 5,00	R\$ 60,00
9	Flanela	Unidade	2	24	R\$ 1,99	R\$ 3,98	R\$ 60,00
10	Coador de pano p/cafeteira indus- trial	Unidade	4	48	R\$ 4,00	R\$ 16,00	R\$ 47,76
11	Copo plástico para água – 180ml	Cento	100	1.200	R\$ 1,80	R\$ 180,00	R\$ 3.000,00
12	Copo plástico para café – 50ml	Cento	100	1.200	R\$ 1,05	R\$ 105,00	R\$ 1.380,00
13	Desengordurante – 500ml	Frasco	2	24	R\$ 3,85	R\$ 7,70	R\$ 180,00
14	Detergente líquido	Litro	2	24	R\$ 0,99	R\$ 1,98	R\$ 120,00
15	Esponja comum	Unidade	6	72	R\$ 0,70	R\$ 4,20	R\$ 50,40
16	Esponja de aço – pacote c/8 unid.	Pacote	1	12	R\$ 1,60	R\$ 1,60	R\$ 21,60
17	Guardanapo de papel de boa quali- dade	Pacote peq. c/ 50 unid.	40	480	R\$ 1,20	R\$ 48,00	R\$ 960,00
18	Leite em pó integral – 400gr	Lata de 400gr	50	600	R\$ 6,00	R\$ 300,00	R\$ 4.200,00
19	Pano de prato	Unidade	6	72	R\$ 1,99	R\$ 11,94	R\$ 230,40
20	Sabão em barra	Pacote c/ 5 unidades	1	12	R\$ 1,80	R\$ 1,80	R\$ 60,00
21	Sabão em pó - Kg	Quilo	1	12	R\$ 2,81	R\$ 2,81	R\$ 93,60
Valor Mensal: R\$ 1.672,71 (um mil e seiscentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos)							
Valor Anual: R\$ 20.072,52 (Vinte mil e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)							





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato n° 23/2011

Serviço	Quant.	Cidade	Valor Mensal em R\$	Valor Anual em R\$
Copeira	1	Porto Velho	R\$ 3.252,32	R\$ 39.027,85
Garçom	1			
Material	–		R\$ 1.672,71	R\$ 20.072,52
VALOR TOTAL GERAL ANUAL:				R\$ 59.100,37
(cinquenta e nove mil, cem reais e trinta e sete centavos)				

CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Encargos da CONTRATADA - São encargos da CONTRATADA, além dos descritos no Termo de Referência e assumidos neste Contrato:

3.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

3.2. Responder pela direção, supervisão e fornecimento de toda a mão-de-obra necessária ou a execução dos serviços contratados, sendo, para todos os efeitos legais, considerada como única e exclusiva empregadora;

3.3. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo peças de reposição, materiais, locomoção, vale alimentação, impostos e encargos sociais;

3.4. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, qualquer despesa com alimentação e locomoção de seus empregados, bem como os encargos, sejam de natureza civil, fiscal, ou obrigações sociais, previdenciária ou trabalhista, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer tipo de responsabilidade por qualquer acidente que venha a sofrer os empregados da empresa na execução de serviço dentro das dependências do CONTRATANTE ou no deslocamento residência/local de trabalho;

3.5. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

3.6. Registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão-de-obra, em caráter imediato e na eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

3.7. Em caso de ausência de empregados, a CONTRATADA obriga-se a providenciar sua imediata substituição independente dos casos de falta, licença médica ou férias regulamentares, mantendo sempre a continuidade dos serviços, nos níveis e qualidades contratados;



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

3.8. Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança, inclusive quanto à prevenção de incêndios e as de segurança e medicina do trabalho;

3.9. Atender de imediato as solicitações quanto a substituições de mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação de serviços;

3.10. Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;

3.11. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou quando acometidos de mal súbito, assumindo ainda as responsabilidades civil, penal, criminal e demais sanções legais decorrentes do descumprimento destas;

3.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado por conduta inconveniente;

3.13. Ressarcir o CONTRATANTE ou a terceiros, pelos danos a bens de sua propriedade causados por empregados ou prepostos, por quaisquer danos advindos de imperícia, negligência ou por descumprimento de normas de segurança;

3.14. Requer-se na função do serviço, características pessoais, tais como: cordialidade nos contatos, interesse em lidar com pessoas, iniciativa e educação, cumprindo o padrão de desempenho fixado pelo CONTRATANTE.

3.15. Exigir que seus funcionários mantenham a disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação do Fiscal do contrato, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Contratante;

3.16. Submeter à CONTRATANTE a relação nominal dos empregados em atividades das dependências do órgão, mencionando os respectivos endereços residenciais, número dos telefones e comunicando qualquer alteração;

3.17. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de créditos, a serem auferidos em função dos serviços prestados, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

3.18. Abster-se de subcontratar outras empresas para execução dos serviços, objeto da presente Contratação;

3.19. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

3.20. Indicar Preposto da empresa, visando os contatos de serviço com o Representante do CENSIPAM, durante a execução dos serviços. Esse Preposto terá como missão exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, garantir o bom andamento dos serviços e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

detectadas. Sempre que necessário e/ou que a CONTRATANTE solicitar, o Preposto deverá comparecer nas dependências da CONTRATANTE;

3.21. Instruir seus funcionários à prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações vigentes;

3.22. Observar conduta adequada na utilização de materiais, equipamentos e utensílios da CONTRATANTE, visando seu uso eficaz, eficiente e efetivo;

3.23. Manter sempre em perfeita ordem o ambiente de trabalho, equipamentos e materiais utilizados;

3.24. Instruir seus empregados a tratar os usuários da CONTRATANTE com urbanidade e respeito;

3.25. Orientar seus empregados a permanecer sempre adequadamente uniformizados e asseados;

3.26. Fornecer crachá com fotografia recente a cada um de seus empregados, a fim de identificá-los;

3.27. Fornecer uniformes completos à mão-de-obra envolvida,

3.28. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos;

3.29. Os salários dos profissionais empregados na prestação dos serviços não poderão ser inferior ao piso salarial da respectiva categoria, firmado em Acordo ou Dissídio Coletivo;

3.30. Comprovar, por meio de alvará de funcionamento, e até três dias úteis da assinatura do contrato, que possui Sede, Escritório ou Filial em Porto Velho/RO, possuindo no mínimo uma linha telefônica e uma linha de fax, fornecendo à fiscalização da CONTRATANTE os respectivos números;

3.31. Facilitar, por todos os meios, a execução dos trabalhos de fiscalização dos serviços pela instituição;

3.32. Comunicar, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, os eventuais casos fortuitos e/ou força maior;

3.33. Implantar, imediatamente, após o recebimento da autorização dos serviços, a mão-de-obra conforme Termo de Referência e Contrato nos horários fixados por este órgão, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o Posto, conforme o estabelecido;

3.34. Efetuar o pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, assim como fornecer vales refeição/alimentação e transportes aos seus





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato n° 23/2011

empregados em atividades neste órgão, rigorosamente no prazo estipulado na legislação vigente;

3.35. Manter seus empregados sujeitos as normas de Segurança do Trabalho e responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços prestados;

3.36. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio do CENSIPAM ou de terceiros, decorrentes da execução dos serviços contratados;

3.37. Substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 01 (uma) hora após o início da respectiva jornada, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência do profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou minutos não atendidos, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;

3.38. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento deste Contrato;

3.39. Informar qualquer alteração quanto ao regime de tributação adotado inicialmente.

CLÁUSULA QUARTA – Dos requisitos para prestação dos serviços

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer mão-de-obra necessária e suficiente, conforme especificado na CLÁUSULA SEGUNDA deste Contrato, para a perfeita execução dos serviços com pessoal qualificado e treinado, com boa apresentação e aprovação em exame médico.

4.1.1. Escolaridade mínima dos funcionários: ensino fundamental;

4.1.2. Jornada de trabalho: 44 (quarenta) horas semanais, com intervalo de, no mínimo, uma 2 (duas) horas para o almoço. A folga será preferencialmente aos sábados e domingos.

CLÁUSULA QUINTA – Da descrição dos serviços/detalhamento

5.1. Serviços de Copeiragem e Garçom

5.1.1. Preparar café, chá e leite para servir cerca de 150 (cento e cinquenta) servidores e/ou colaboradores observadas as normas de higiene pessoal e de serviços, tendo como ponto definido, para preparação, as instalações da Copa e de distribuição, as dependências do CR – PV;





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

5.1.2 Disponibilizar o café e chá nas instalações da Copa e pontos de distribuição definidos, a partir das 08:00 horas, acondicionados em garrafas térmicas de 01 (um) litro, de boa qualidade e água gelada acondicionada em garrações de 20 l itros, no bebedouro existente em cada ponto, além de açúcar acondicionado em açucareiro, adoçante e de copos descartáveis de 50 ml e de 200 ml;

5.1.3 Suprir continuamente, sempre que necessário, no balcão da Copa e demais pontos, café, chá e água gelada, até às 17:00 horas;

5.1.4 Servir à Gerência, Coordenações e Chefias de Divisão, quando solicitado, água gelada em copos de vidro, café amargo ou chá em xícaras de louça sobre bandeja, com disponibilização de adoçante dietético e açúcar de boa qualidade acondicionado em açucareiro;

5.1.5 O serviço de café e água gelada deverá contemplar também o Auditório, as Salas de Reunião e de Treinamento, quando necessário, durante a realização de eventos, treinamentos e reuniões em horários pré-estabelecidos, de acordo com programação específica da Gerência do CR - PV; e sob a coordenação do Fiscal do Contrato;

5.1.6. Abastecer, diariamente, os bebedouros existentes na Copa e demais pontos do CR - PV com água mineral de boa qualidade em garrações de 20 litros. Os instrumentos para abertura dos garrações deverão ser previamente desinfetados, assim como as mãos do abastecedor, e os garrações, por seu turno, deverão ser previamente limpos.

5.1.7. A contratada deverá disponibilizar material necessário e providenciar diariamente a limpeza e higienização para todo o material utilizado no preparo e distribuição do café, chá e leite, lavando inclusive o piso da copa, pias e mesas utilizadas

5.1.8. Além das atribuições acima descritas, deverão ser observadas as atribuições constantes do Código Brasileiro de Ocupações – Ministério do Trabalho e Emprego – CBO 5134.

CLÁUSULA SEXTA – Da execução, horário e local dos serviços

6.1. Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, ininterruptamente, das 7:30 às 18:00 horas, com intervalo de, no mínimo, 2(duas) horas para o almoço, respeitada a jornada semanal de 44 horas, conforme legislação vigente;

6.2. A escala de horário dos empregados será elaborada pelo Fiscal do Contrato, respeitando a Consolidação das Leis Trabalhistas, de forma a atender às necessidades do Centro Regional de Porto Velho;

6.3. O Fiscal do Contrato poderá permitir a compensação dos excessos de horas trabalhadas, que será realizada em um dia pela diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias;

6.4. A CONTRATADA deverá apresentar junto à Nota Fiscal/Fatura, a memória de cálculo, visando à perfeita conferência pelo Fiscal do Contrato.



**MINISTÉRIO DA DEFESA**

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato n° 23/2011

6.5. A CONTRATADA executará todos os serviços de Copeiragem e Garçom nas dependências do Centro Regional do Sistema de Proteção da Amazônia em Porto Velho, localizado na Avenida Lauro Sodré, nº 6500, Aeroporto.

CLÁUSULA SÉTIMA - QUADRO DE PESSOAL - A empresa CONTRATADA deverá manter, nas dependências da CONTRATANTE, nos dias e horários informados na cláusula sexta, 1 (uma) copeira e 1 (um) garçom.

CLÁUSULA OITAVA – Dos Materiais

8.1. Para a execução do objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e insumos necessários aos serviços de copa, inclusive os materiais para a limpeza do ambiente.

8.2. Para fins de referência, deverão ser consideradas as seguintes quantidades máximas mensais para fornecimento pela CONTRATADA. Ao valor mensal do serviço, será acrescido o valor do material de consumo, efetivamente consumido pela CONTRATANTE, que será aferido pela multiplicação das quantidades fornecidas pelo preço unitário de cada um deles, indicado nas planilhas de custos elaboradas pela CONTRATADA:

MATERIAL	QUANTIDADE/MÊS
Café torrado e moído de 1ª qualidades à vácuo.	40 Kg
Açúcar Cristal	100 Kg
Copos plásticos para café - 50 ml	100 centos
Copos plásticos para água - 180 ml	150 centos
Adoçante dietético líquido	05 frascos de 200 ml
Coadores de pano p/cafeteira industrial	04 unidades
Panos de prato	6 unidades
Guardanapos de papel	40 pacates pequenos
Papel toalha	02 pacotes c/dois rolos
Garrações de água mineral	100 garrações de 20 litros
Leite em pó integral 400 gr	50 latas
Chás de sabores variados	30 caixas
Desengordurante - 500 ml	3 frascos
Detergente líquido	5 litros
Sabão em barra	5 unidades
Sabão em pó	1 Kg
Esponja comum	10 unidades
Esponja de aço - pacote c/8 unidades	1 pacote
Alcool	2 litros
Água sanitária	2 litros
Flanela	2 unidades

8.3. Os materiais de copa descritos no subitem acima, deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato até 48(quarenta e oito) horas, após solicitação encaminhada ao preposto indicado pela empresa, via requisição.





CLÁUSULA NONA – Dos equipamentos

9.1. Para a execução do objeto deste Termo, a CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos necessários ao preparo e distribuição de café, chá, leite e água;

9.2. Para fins de avaliação de preços deverão ser considerados os seguintes equipamentos e quantidades estimadas para a realização dos serviços, não ensejando, no entanto, motivo para alteração de preço contratual, necessidades adicionais para permitir o cumprimento das obrigações por parte da empresa CONTRATADA:

MATERIAL	QUANTIDADE
Garrafas Térmicas de 1,8 litros	08(oito)
Garrafas Térmicas de 1 litro	08(oito)
Xícaras com pires porcelana para café	48(quarenta e oito)
Xícaras com pires porcelana para chá	48(quarenta e oito)
Copos de vidro grande	72(setenta e dois)
Jarras de vidro de 02(dois) litros	15(quinze)
Jarra plástica de 01(um) litro	01(uma)
Jarra plástica de 05(cinco) litros	01(uma)
Bandejas de inox	02(duas)
Açucareiro de inox	03(três)
Carrinho para servir nas salas	01(um)
Garrações de água mineral de 20 litros	50(cinquenta)

9.2.1. A CONTRATANTE cederá à CONTRATADA, ficando sob a responsabilidade desta, a guarda, a manutenção e reposição, os seguintes equipamentos e utensílios para uso exclusivo nos serviços de copa:

MATERIAL	QUANTIDADE
Geladeira duplex	2
Freezer	1
Liquidificador	1
Cafeteira industrial de 8 litros	1

9.2.2. Os referidos equipamentos, utensílios e outros materiais de utilização nas copas terão suas quantidades verificadas por ocasião da assinatura do contrato e serão reavaliados em termo de responsabilidade, sendo a CONTRATADA obrigada a zelar pela quantidade recebida, inclusive aumentá-la quando houver necessidade de sua utilização em serviço, bem como devolvê-la nas mesmas condições e quantidades, ao final do contrato; e

9.2.3. A CONTRATADA se obriga a realizar a manutenção preventiva e corretiva em todos os equipamentos acima referenciados, entregando-os, ao final do contrato, nas mesmas condições de funcionamento que os encontrar na data da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA – Dos uniformes - Caberá a CONTRATADA fornecer uniforme completo à mão-de-obra envolvida na prestação do serviço conforme as especificações constantes no item 10 do Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

10.1. Os uniformes deverão ser substituídos a cada seis meses, sendo dois conjuntos para cada empregado; e





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

10.2. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer desses itens de uniformes e equipamentos a seus empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Dos Encargos da CONTRATANTE - São encargos da CONTRATANTE, além dos descritos no Termo de Referência e assumidos neste contrato:

11.1. Fornecer à CONTRATADA todas as informações e elementos indispensáveis relacionados com o objeto deste Contrato, inclusive dos demais documentos que poderão integrá-lo;

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por Representante especialmente designado pela Autoridade Competente, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

11.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, por crédito em conta bancária, no prazo de até 30 dias, contados a partir do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do Servidor designado para o acompanhamento.

11.4. Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores;

11.5. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

11.6. Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela CONTRATADA é suficiente e competente para o bom desempenho dos serviços;

11.7. Documentar as ocorrências havidas e a frequência dos empregados, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da CONTRATADA;

11.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela CONTRATADA compatível com os registros previstos no sub-item anterior, no que se refere à execução do contrato;

11.9. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuação do contrato;

11.10. Disponibilizar instalações necessárias ao apoio à execução dos serviços;

11.11. Relacionar as dependências das instalações físicas bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;

11.12. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para a execução do serviço;





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

11.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA; e

11.14. É vedado ao CONTRATANTE e seu representante exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

11.15. Notificar, formalmente, à Contratada, toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços, para a imediata adoção das providências de saneamento; e

11.16. Receber os serviços contratados, na forma do artigo 73, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Acompanhamento e Fiscalização

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por Fiscal especialmente designado na forma dos arts. 67 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97.

12.2. Para acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, o CONTRATANTE exigirá da empresa CONTRATADA as seguintes comprovações, além das descritas no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato:

12.2.1. recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição federal, sob pena de rescisão contratual;

recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

12.2.2. pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

12.2.3. fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

12.2.4. pagamento do 13º salário;

12.2.5. concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

12.2.6. realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

12.2.7. eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

12.2.8. encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

12.2.9. cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

12.2.10. cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

12.3. O acompanhamento da execução do serviço compreenderá, a mensuração dos seguintes aspectos:

12.3.1. Os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação da qualidade demandada;





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

12.3.2. Os recursos humanos empregados, em função da formação profissional exigida.

12.3.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

12.3.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12.3.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

12.3.6. A satisfação do público usuário.

12.4. O Fiscal do contrato observará a conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços e verificará juntamente com a documentação da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência ou no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

12.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle prestador.

12.6. O Fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

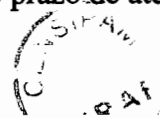
12.7. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/00.

12.8. O CONTRATANTE reterá a garantia contratual prestada pela empresa CONTRATADA até que ocorra a comprovação exigida no item 12.2.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da vigência do contrato - A vigência deste Contrato compreende o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante a celebração do competente Termo Aditivo, até um total de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Preço e Pagamento

14.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, mensalmente, o valor de **R\$ 4.925,03** (quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais e três centavos), por crédito em conta bancária, sempre no mês subsequente ao da prestação dos serviços, no prazo de até 30 (trinta)





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato n° 23/2011

dias, contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, mediante a entrega e aprovação de relatório mensal de serviços atestados pelo Fiscal do Contrato.

14.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

14.2.1 - do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;

14.2.2 - da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

14.2.3 - do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

14.3. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.5. Para execução do pagamento de que trata o subitem 14.1., a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Centro Fiscal e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, CNPJ nº 07.129.796/0001-26, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

14.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

14.7. Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Edital e no CONTRATO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

14.8. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA, para as correções solicitadas, não respondendo à CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

14.9. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da licitante vencedora os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

14.10. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam à CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Repactuação

15.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

15.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

15.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

15.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

15.3.2. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato n° 23/2011

15.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

15.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

15.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

15.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

15.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

15.7.2. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

15.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

15.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

15.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

15.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

15.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

15.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:



[Assinatura]



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato n° 23/2011

- 15.13.1.** os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 15.13.2** as particularidades do contrato em vigência;
- 15.13.3** a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 15.13.4** indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 15.13.5.** índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA.
- 15.13.6.** A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

15.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- 15.14.1.** a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 15.14.2.** em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 15.14.3.** em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

15.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

15.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

15.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

15.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Acréscimo e Supressão

No interesse da CONTRATANTE o objeto deste Contrato poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, parágrafos primeiro e segundo, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Da Dotação Orçamentária

Os recursos necessários ao atendimento das despesas no valor de **R\$ 59.100,37 (cinquenta e nove mil e cem reais e trinta e sete centavos)** correrão à conta do PTRES 20.683 e da Natureza da Despesa 339037.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Garantia

A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 2.955,01 (dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e um centavo)**, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital”.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Das Sanções

19.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

19.2. Advertência.

19.3. Multa de mora, no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis de atraso, na prestação dos serviços contratados, caracterizando inexecução parcial.

19.4. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, caso não ocorra à prestação dos serviços objeto deste Contrato, até o limite de 05 (cinco) dias além do prazo descrito no item acima, e que, a critério da Administração, salvaguardado o interesse público, motivado por ato do Diretor de Administração e Finanças da CONTRATANTE, seja vantajoso o recebimento da prestação dos serviços contratados, caracterizando inexecução parcial.

19.5. Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo de 10 (dez) dias úteis, não configurada a situação do item anterior, caracterizando inexecução total do mesmo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.



[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

SUBCLÁUSULA QUARTA - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor de Administração e Finanças da CONTRATANTE, devidamente justificado.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Caso a CONTRATADA venha a falhar ou fraudar na execução deste Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.

SUBCLÁUSULA SEXTA - As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

SUCLÁUSULA SÉTIMA - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Da Rescisão

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– Das Condições de Habilitação

Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Da Publicação

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.





MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Contrato nº 23/2011

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Do Foro

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.


Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este Contrato que, depois de lido e achado de acordo, será assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo, dele sendo extraídas as necessárias cópias que terão o mesmo valor do original.

Brasília/DF, 04 de julho de 2011.


BRUNO MORELLI FARIA
CONTRATANTE


WELITA ALINE PEREIRA DE OLIVEIRA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


CLÁUDIA SALES MILHOMEM
CPF nº: 428.712.631-91


ARICENALDO SILVA
CPF nº: 099.266.901-49

